

1999

Gênero, redes e lugar:

uma ecologia política da cibercultura¹



Arturo Escobar

Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill,
Estados Unidos

TRADUÇÃO:

María Camila Ortiz

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Brasil

Gênero, redes e lugar: uma ecologia política da cibercultura

Resumo

Este texto corresponde ao Capítulo 13 do livro *El final del salvaje: naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea*, uma coletânea de textos em espanhol de Arturo Escobar, originalmente lançada em 1999. Na primeira parte, o autor aborda as redes e os fluxos da contemporaneidade, explorando riscos e tendências da cibercultura. A segunda parte introduz uma definição do conceito de "lugar", a partir da exemplificação de lutas ambientais locais. O autor destaca que mulheres, ambientalistas e movimentos sociais do Terceiro Mundo, devido a seus vínculos históricos e diferenças culturais e ecológicas, são qualificados para promover novas formas de saber, ser e fazer no ciberespaço. A última parte explora a interseção entre atores políticos e novas tecnologias, fornecendo diretrizes para novas práticas sociais e biológicas, combinando natureza, cultura, tecnologia e lugar (Resumo elaborado pelos editores do periódico, uma vez que não há um no texto original).

Palavras-chave: Gênero, Redes, Lugar, Fluxos, Tecnologia, Cibercultura.

Género, redes y lugar: una ecología política de la cibercultura

Resumen

Este texto corresponde al Capítulo 13 del libro *El final del salvaje: naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea*, una compilación de textos en español de Arturo Escobar, originalmente publicada en 1999. En la primera parte, se abordan las redes y flujos contemporáneos, explorando riesgos y tendencias de la cibercultura. La segunda parte presenta una definición del concepto de "lugar", mediante ejemplos de luchas ambientales locales. El autor destaca que las mujeres, los ambientalistas y los movimientos sociales del Tercer Mundo, gracias a sus vínculos históricos y diferencias culturales y ecológicas, están capacitados para impulsar nuevas formas de saber, ser y hacer en el ciberespacio. La última parte explora la intersección entre actores políticos y nuevas tecnologías, brindando pautas para nuevas prácticas sociales y biológicas, que integren naturaleza, cultura, tecnología y lugar (Resumen elaborado por los editores de la revista, ya que no hay uno en el texto original).

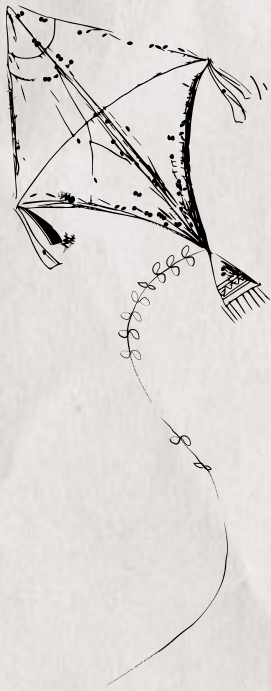
Palabras clave: Género, Redes, Lugar, Flujos, Tecnología, Cibercultura.

Gender, Networks, and Place: a political ecology of cyberculture

Abstract

This text corresponds to Chapter 13 of the book *El final del salvaje: naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea*, a collection of texts in Spanish by Arturo Escobar, originally published in 1999. In the first part, contemporary networks and flows are discussed, addressing risks and trends of cyberculture. The second part introduces a definition of the concept of "place", exemplifying local environmental struggles. The author emphasizes that women, environmentalists, and social movements in the Third World, due to their historical ties and cultural and ecological differences, are qualified to promote new forms of knowledge, being, and doing in cyberspace. The last part explores the intersection between political actors and new technologies, providing guidelines for new social and biological practices, integrating nature, culture, technology, and place (Abstract prepared by the journal editors, as there is none in the original text).

Keywords: Gender, Networks, Place, Flows, Technology, Cyberculture.



Introdução: sobre redes, gênero e ambiente

Não há dúvidas que as “redes” estão em voga nas nossas descrições do presente e imagens do futuro. As redes — particularmente as redes eletrônicas — têm sido centrais para o surgimento de um novo tipo de sociedade (a “sociedade em rede”), a coprodução da tecnociência e da sociedade (teoria do ator-rede) e as políticas de transformação social (“redes globais de mudança”). As redes são essenciais não apenas para um novo tipo de “comunidade transnacional imaginada-virtual”, mas também para novos atores políticos — como as Mulheres em Rede² —, bem como para a utopia da democracia em um mundo que se crê globalizado. Em todas essas concepções, as redes são facilitadas por tecnologias informáticas e eletrônicas, particularmente a internet. Agora, uma boa parte das nossas vidas e esperanças reside nas redes ligadas ao ciberespaço.

As redes, no entanto, não são tão boas quanto os encaixes de elementos humanos, naturais e não humanos que elas reúnem e organizam. Da mesma forma, as redes fazem parte de um mundo mais amplo que pode ser hostil às suas aspirações. Pode haver um equilíbrio entre, por exemplo, a expansão das oportunidades de resistência cultural proporcionadas por algumas redes tecnológicas e o estreitamento dos espaços reais pelas forças de um capitalismo transnacional alimentado pelas mesmas tecnologias? O ciberespaço é uma fonte de novas identidades e conhecimento do ser e do mundo ou, talvez, o meio pelo qual um “cidadão-terminal”,³ cada vez mais isolado do resto do mundo e imerso no consumo, está sendo produzido em escala mundial? O ativismo remoto possibilitado pelo ciberespaço não será rebatido e amplamente superado pelos poderes repressivos do tecnocapitalismo global?

LAE

v.3 n.1
p. 230-261
2024

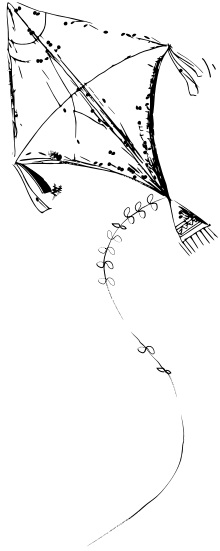
ISSN: 2965-4904

DOI: 10.9771/lj.v3i0.60552

Ainda não há respostas conclusivas para essas perguntas. Como em períodos anteriores, a nossa capacidade de conceituar os mundos emergentes, e articular uma política correspondente de transformação, deixa muito a desejar. No entanto, houve mudanças significativas na forma como abordamos perguntas e definimos ações. Em alguns campos, buscamos agora derivar a teoria das experiências práticas, observar a vida cotidiana como uma fonte de inspiração teórica, bem como participar dos esforços realizados pelos atores locais e movimentos sociais na compreensão do mundo e na forma como nos encaixamos nele.

Estou evocando, aqui, um “nós” difuso. Digamos, por ora, o nós de acadêmicos e intelectuais lutando por uma nova política do conhecimento especializado em conjunção com os projetos políticos de grupos subalternos. Enquanto eu escrevo, penso também nos ativistas do movimento social da região do Pacífico colombiano, com quem venho trabalhando há alguns anos, e que — acho que eles sabem disso, sem dúvida — poderiam se beneficiar do acesso a recursos étnicos e ambientais em espaços como a internet e as redes de biodiversidade. Penso também na emoção de uma ONG pequena e progressiva que trabalha no campo das comunicações populares em Cali, que acaba de inaugurar a sua primeira página web, apesar da maioria dos seus membros dificilmente poder acompanhar uma discussão em inglês. E penso nas vastas redes de ambientalistas e ativistas de direitos indígenas, cujas vozes e preocupações encontro diariamente na internet, enquanto pesquiso os debates, que mudam rapidamente, sobre a preservação da biodiversidade. Finalmente, tenho em mente os grupos crescentes de mulheres viajando nas redes tecidas por elas, particularmente no clima pré e pós-Beijing.

O argumento que quero desenvolver neste texto é o seguinte: as redes — tais como as redes ambientais, étnicas, de mulheres e de outros movimentos sociais — devem ser vistas como o espaço de novos atores políticos e a fonte de práticas culturais e possibilidades promissoras. Dessa forma, é possível falar de uma política cultural do ciberespaço, bem como da produção de ciberculturas que criam resistência, transformação, ou apresentam alternativas aos mundos dominantes, sejam eles virtuais ou reais. Essa política cibercultural pode se tornar mais eficaz se atender a duas condições: estar ciente dos mundos dominantes que estão sendo criados pelas mesmas tecnologias de que as redes progressistas dispõem (incluindo a análise da forma como o poder opera no mundo das redes e dos fluxos transnacionais); e um movimento contínuo entre a ciberpolítica (ativismo político na internet) e o que eu chamo de políticas situadas, ou seja, o ativismo político nos mesmos locais físicos onde o trabalhador da rede reside.



Na rede, as mulheres, os ambientalistas e os ativistas de movimentos sociais são jogados nesse duplo ativismo carregado de demandas contrastantes: por um lado, sobre o caráter da internet, as novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) em geral e, por outro, sobre o caráter da reestruturação do mundo que está sendo fomentada pelo capitalismo transnacional, guiado, por sua vez, pelas NTICs. Dos corredores do ciberespaço, pode ser lançada uma defesa do lugar e das práticas ecológicas e culturais locais que possam transformar, por sua vez, os mundos que as redes dominantes ajudam a criar. Por seu vínculo histórico com lugares concretos, e pelas diferenças culturais e ecológicas que encarnam, as mulheres, os ambientalistas e os movimentos sociais do Terceiro Mundo são particularmente qualificados para esta dupla tarefa. Ao final, pode ser possível pensar em uma ecologia política do ciberespaço que teça o real e o virtual, o gênero, o ambiente e o desenvolvimento em uma complexa prática política e cultural.

A primeira parte deste texto discute a ideia de uma sociedade contemporânea baseada em redes e fluxos, destacando os riscos e as tendências da cibercultura da forma como são encaradas por vários acadêmicos proeminentes. Como veremos, essas discussões não abordam, precisamente, os usos locais e a apropriação de recursos tecnológicos realizada, em um grande número de lugares do mundo, por atores como as mulheres, os ambientalistas e os movimentos sociais. O que é definitivo sobre essas práticas é o seu vínculo com lugares concretos. Dessa forma, uma elaboração do conceito de "lugar" é introduzida na segunda parte, com alguns exemplos de lutas locais no campo ambiental. A última parte sugere o advento de novas formas de saber, ser e fazer, baseadas em princípios de interatividade, posicionalidade e conectividade, a partir do encontro entre atores políticos e novas tecnologias. Estes princípios fornecem as diretrizes para novas práticas do desenho social e biológico, ou seja, novas combinações de natureza, cultura, tecnologia e lugar.

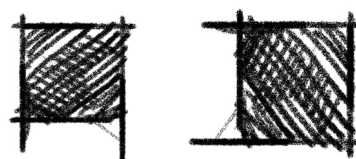
Sobre fluxos, redes e tecnologias em tempo real

Durante séculos, existiram vários tipos de redes. O que é específico das redes atuais não é apenas que elas parecem ter se tornado a espinha dorsal da sociedade e da economia, mas também que elas têm novas características e modos particulares de operar. Para alguns, estamos diante de um novo tipo de sociedade,⁴ justamente pelas características originais que as redes adotam. As NTICs são os elementos-chave desta

transformação profunda.⁵ O que está orientando essa transformação é o surgimento de um novo paradigma tecnológico — e não mudanças sociais, econômicas e políticas *per se*. Esse paradigma começou a ser gestado a partir dos anos cinquenta, com o desenvolvimento de circuitos integrados e, nos anos setenta, com os microprocessadores, expandindo-se progressivamente para redes mais poderosas de interação em escala global.

Desta perspectiva, o capitalismo informacional pode ser melhor descrito como “uma economia com a capacidade de trabalhar como uma unidade, em tempo real e em escala planetária” (CASTELLS, 1996, p. 92). Capital, trabalho, comércio e administração tornam-se altamente organizados numa escala global e assumem a forma de uma rede global flexível. Mas é evidente que há limites para esta economia global: os Estados nacionais ainda são atores relevantes, os mercados de trabalho não são realmente globais etc. No entanto, a comunidade global se diferencia em termos geográficos e é altamente excludente e instável em suas fronteiras. A maioria das pessoas no planeta ainda não compra nem trabalha para a economia global/internacional.⁶ Uma nova divisão internacional do trabalho está se assentando em torno de quatro posições: produtores de valor agregado alto com base no trabalho informacional — a rede entre os Estados Unidos, o Japão e a Europa Ocidental, que por sua vez constitui uma tríade de riqueza, poder e tecnologia; produtores de grande volume baseados no trabalho de baixo custo; produtores de matérias-primas que se baseiam em recursos naturais; e produtores redundantes reduzidos ao trabalho desvalorizado (CASTELLS, 1996, p. 66-150). Essas posições não necessariamente coincidem com países, embora estes estejam organizados em redes e fluxos de acordo com a infraestrutura da economia informacional.

Um dos pontos mais interessantes da eloquente exposição de Castells é o impacto das redes e fluxos na vida cotidiana. Enquanto as redes interativas continuam sua expansão, há um divórcio crescente entre a proximidade espacial e as funções do cotidiano como o trabalho, a recreação, a educação, entre outros. As redes alimentam um novo tipo de espaço, o espaço dos fluxos. As cidades tornam-se “globalmente conectadas e localmente desconectadas física e socialmente” (CASTELLS, 1996, p. 404). Estando elas cada vez mais organizadas em torno de fluxos — de capital, informação, tecnologia, imagens, símbolos etc. —, isso cria um novo tipo de realidade espacial que redefine os lugares. Para Castells,



nessa rede nenhum lugar existe por si mesmo, já que as posições são definidas por fluxos. Dessa maneira, a rede de comunicação é a configuração espacial fundamental: os lugares não desaparecem, mas a sua lógica e o seu significado são absorvidos na rede [...] Em alguns casos, alguns lugares podem ser desconectados da rede, resultando o seu desligamento em um declínio imediato e, portanto, em deterioração econômica, física e social (CASTELLS, 1996, p. 412-413).

"Entrar na rede ou perecer" parece ser o lema que emerge dessa perspectiva. A visão de Castells fica ainda mais turva: "articulação das elites, segmentação e diferenciação das massas parecem ser os mecanismos gêmeos da dominação social nas nossas sociedades. O espaço desempenha um papel fundamental nesse mecanismo. Em suma, *as elites são cosmopolitas enquanto as pessoas são locais*" (ibid., p. 415, ênfase minha). O mundo pertence às elites com acesso a redes, culturalmente conectadas por novas formas de vida e isoladas espacialmente em dispendiosas comunidades de enclaves. O impacto desse espaço entrelaçado pelos fluxos no espaço dos lugares é notável: segmentados um do outro, os lugares são cada vez menos capazes de manter uma cultura compartilhada. No espaço dos fluxos rege o tempo (atemporal) real, enquanto o tempo linear, determinado biologicamente e socialmente, continua determinando os lugares. "Nem todas as pessoas locais ou ativistas desaparecem. Mas o seu significado estrutural sim, subsumido na lógica tácita da metarrede onde o valor é produzido, códigos culturais são criados e o poder é decidido" (CASTELLS, 1996, p. 477).

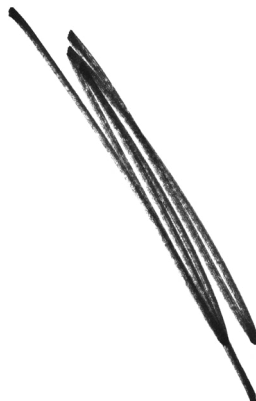
Podemos negar que isso está acontecendo em alguma medida, quando pensamos em muitos lugares do mundo, particularmente no chamado Terceiro Mundo? E mais importante, isso é tudo o que está acontecendo? Como poderemos ver, a visão de Castells é questionável justamente porque deriva de uma perspectiva globocêntrica, ou seja, de uma perspectiva que só encontra agência nos níveis em que os chamados atores globais operam. No entanto, existe uma novidade real da sociedade em rede, que surge em grande parte da proeminência do tempo real. Esse aspecto foi recentemente analisado por Paul Virilio (1997). Para este autor, a essência da transformação atual é o efeito que as NTICs estão tendo — operando à velocidade da luz e sob o princípio do tempo real — no regime do tempo e do espaço que até então tem governado o mundo. As tecnologias da comunicação em tempo real matam o presente "isolando-o do seu aqui e agora, em favor de um outro espaço comunicativo, que não tem mais nada a ver com a nossa 'presença concreta' no mundo" (VIRILIO, 1997, p. 10).

As tecnologias em tempo real — continuando com a análise de Virilio — destroem a duração e a extensão. Trabalhando à velocidade da luz, a comunicação “não depende mais do intervalo entre lugares e coisas, ou mesmo da extensão do mundo, mas da interfase de uma transmissão instantânea de aparências remotas” (VIRILIO, 1997, p. 33). A “tele-existência”, possibilitada pela optoeletrônica, promove uma divisão entre o tempo real das nossas atividades imediatas — o aqui e o agora — e o tempo real da interatividade da mídia que privilegia o “agora” em detrimento do “aqui”:

Como podemos viver se não existe mais aqui e tudo é agora? Como podemos sobreviver ao teletransporte instantâneo de uma realidade que se tornou ubíqua, fracionando-se em duas ordens de tempo, cada uma tão real quanto a outra; a da presença do aqui e do agora e a da telepresença na distância, para além do horizonte de aparências tangíveis? (VIRILIO, 1997, p. 37).

Da mesma forma, Virilio (1997, p. 44) anuncia “uma divisão entre a atividade e a interatividade, a presença e a telepresença, a existência e a tele-existência”. A densidade material é substituída pela densidade informacional. A “globalização do presente” reduz a capacidade do tempo local de criar história e geografia. A separação entre tempo e espaço (a localização dos séculos do aqui e do agora) é consumada na medida em que os eventos em tempo real são separados do lugar onde ocorrem. As fronteiras entre o próximo e o distante são ofuscadas, transformando nosso senso de experiência do aqui e do agora. A ação baseada em corpos e lugares concretos perde muito de sua importância social. A teletopia induz a uma atopia generalizada. Os lugares novamente se tornam precários. Como resultado, as dimensões globais são redefinidas. Há uma divisão mais radical entre quem vive na comunidade virtual em tempo real da cidade global e “quem não tem”, que sobrevive nas margens do espaço real das cidades locais, “o grande deserto planetário que no futuro irá reunir a única comunidade real, daquelas pessoas que não têm mais um emprego ou um lugar para morar, sendo provável que promovam socializações harmoniosas e duradouras” (VIRILIO, 1997, p. 71).⁷

Como podemos avaliar tais visões na perspectiva daqueles que querem usar as mesmas tecnologias com pretensões ecológicas e sociais diferentes? Será possível para as mulheres, os movimentos sociais e outros implantarem tecnologias ciberespaciais de uma forma que não marginalize o lugar? Os objetivos podem ser contraditórios: o propósito feminista de criar laços entre as mulheres no ciberespaço pode contribuir para a erosão do lugar, na medida em que separa as mulheres de suas



localidades. A questão torna-se então: como as mulheres podem: a) defender o lugar contra a deslocalização da globalização que corrói as culturas locais? b) transformar os lugares, interrompendo as suas práticas patriarcais/dominantes (uma vez que os lugares, como a família e o corpo, também têm operado para aprisionar e controlar as mulheres; posto que os lugares têm as suas próprias formas de dominação e até mesmo de terror)? c) aventurar-se no reino das tecnologias em tempo real e das coalizões mundiais em busca de aliados e ideias para lutas de gênero? É importante observar as contradições envolvidas em cada passo. Manter a conexão com o lugar, com os atores locais e com a necessidade de proximidade enquanto, ao mesmo tempo e cada vez mais, se engajam em trocas remotas, requer uma ação cuidadosa de equilíbrio. Como as Mulheres em Rede podem defender lugares concretos enquanto embarcam nas rodovias da informação?

Em outras palavras, isso acarreta demandas conflituosas: a) manter o valor de enraizamento e de lugar, a importância da interação face a face para a criação de culturas, a viabilidade dos tempos locais e o caráter orgânico de certas relações com o natural; b) afirmar o potencial transformativo dos lugares e a necessidade de transformá-los; e c) avançar em ambos os processos através de um compromisso crítico com a cibercultura, entre outros meios. Articular: a densidade do lugar com a densidade da informação; ativismo em tempo real e tempo local; "teleacolás" com culturas e corpos imersos em lugares; culturas híbridas criadas no ciberespaço e culturas híbridas locais. Estas são, entre outras, diferentes formas de expressar as necessidades enfrentadas por aqueles que desejam se apropriar crítica e criativamente das novas tecnologias digitais, informacionais e biológicas. Que tipo de mundos estamos em condições de tecer?

Para Castells e Virilio, os lugares não de tornar-se deslocalizados e se transformam sob as pressões das redes em tempo real. Mas qual é a verdadeira natureza das redes em questão? É verdade que as redes redefinem lugares, mas, apesar disso, os lugares não são essenciais para o seu trabalho? Essas são algumas das perguntas que Bruno Latour (1993) tenta responder em um estudo provocante sobre redes e cultura moderna. Na visão do autor, o que separa as culturas modernas das demais é o fato de que elas se baseiam em uma "dupla divisão", entre natureza e sociedade e entre "nós" e "eles". Essas divisões, no entanto, são altamente falsas, dado que, na realidade, há sempre vínculos entre a natureza e a sociedade, bem como entre nós e eles. Independentemente do quanto os modernos tentaram mantê-las separadas, as próprias divisões alimentaram uma proliferação de híbridos dos pares aparentemente opostos. Abra um jornal e você perceberá que é este o caso: a camada de ozônio (na-

tureza) está ligada a corporações, consumidores, cientistas, políticas governamentais (cultura); a biodiversidade é ao mesmo tempo biológica, social, política e cultural; a clonagem envolve criaturas reais, novas tecnologias, éticas, regulações, economias etc. O que mais define os modernos é que eles foram capazes, como nunca antes, de mobilizar a natureza para a criação da cultura através de redes de híbridos. Há, é claro, um fator essencial para o sucesso desse processo: a ciência.

Uma analogia com a ferrovia ajuda a entender as redes com mais facilidade. Uma ferrovia não é local nem global. Ela é, de fato, local em todos os seus pontos; no entanto, ela é global pois leva você para muitos lugares; o que é diferente de ser universal, já que isso não leva a lugar algum. Latour usa essa metáfora para explicar as redes tecnológicas e a dominação dos modernos. As redes tecnológicas recrutam a ajuda de máquinas como os computadores, ferramentas como os laboratórios, invenções como o motor, descobertas como as de Pasteur etc.; além, é claro, de uma coleção de diversos sujeitos. É nestas redes que reside a especificidade moderna:

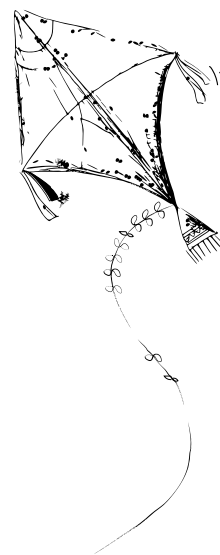
os modernos simplesmente inventaram redes mais amplas através do envolvimento de um certo tipo de não humanos [máquinas, ciência e tecnologia etc.] [...] O recrutamento destes novos seres gerou efeitos extraordinários de escala, fazendo com que as relações variem do local para o global [...] Portanto, no caso das redes tecnológicas, não temos nenhuma dificuldade em reconciliar seu aspecto local e sua dimensão global. Essas redes são compostas de locais particulares, alinhados através de uma série de conexões que atravessam outros lugares (LATOUR, p. 117).

Mas... E as outras sociedades que falharam em criar essas "redes mais amplas"? Essas sociedades, que Latour chama de "pré-modernas", têm uma vantagem sobre as modernas, pois não se autoenganam, pensando que a natureza e a cultura estão separadas. No entanto, essa vantagem também é a sua fraqueza, dado que foi na insistência de que toda transformação da natureza esteja em harmonia com uma transformação social — poderíamos dizer, por insistirem em ser ecológicos — que elas renunciaram à sua capacidade de fazer proliferar híbridos, ou seja, de construir redes mais extensas e mais poderosas. Essa característica tornou "impossível a experimentação em larga escala" (LATOUR, 1993, p. 140), fazendo com que as sociedades pré-modernas permanecessem "para sempre aprisionadas dentro dos limites estritos de suas peculiaridades regionais e seu conhecimento local" (LATOUR, 1993, p. 118). En-

quanto os pré-modernos constroem territórios — e, presumo, lugares —, os modernos constroem redes mais amplas e conectadas. No entanto, a universalidade das redes modernas é um efeito ideológico do racionalismo, apoiado pela ciência. No final das contas, os modernos e os pré-modernos diferenciam-se tão somente no tamanho e na escala das redes que inventam, uma vez que o que todos produzimos — tanto modernos como pré-modernos — são comunidades de naturezas e sociedades: "Todas as naturezas-culturas são similares no sentido de que constroem simultaneamente humanos, divindades e não humanos" (LATOUR, 1993, p. 106). Os modernos apenas adicionam cada vez mais híbridos às suas redes, para poderem reconstruir seus sistemas sociais e estenderem a sua escala. "As ciências e tecnologias são notáveis, não por serem verdadeiras ou eficientes [...], mas sim porque multiplicam os não humanos envolvidos na fabricação de coletivos e porque tornam a comunidade que formamos com esses seres mais íntima" (LATOUR, 1993, p. 108).

Esta visão é sedutora para os chamados pré-modernos. Aceitar tal perspectiva significaria que o futuro e o desenvolvimento seriam transformados apenas numa questão de construir redes mais amplas e conectadas. Mas, redes de que tipo? E para qual propósito? Para avaliar essa possibilidade, é necessário examinar brevemente a proposta de Latour para "uma constituição não moderna", uma espécie de síntese do melhor que os modernos e pré-modernos têm a oferecer. Esta constituição ou acordo se baseia nas seguintes características: retém dos pré-modernos o seu reconhecimento dos vínculos entre natureza e cultura ao mesmo tempo que rejeita dos pré-modernos o seu imperativo de sempre conectar os mundos sociais e naturais — quer dizer, o seu caráter orgânico. Retém dos modernos sua capacidade de construir redes mais amplas através da experimentação. A constituição não moderna também deve rejeitar dos pré-modernos "os limites que eles impõem à expansão de coletivos, a localização por território, o processo de bode expiatório, o etnocentrismo e, finalmente, a não diferenciação duradoura das naturezas e sociedades" (LATOUR, 1993, p. 133). Latour acrescenta um passo paradoxal para a constituição não moderna: baseado na reintrodução da separação da natureza e da cultura, embora permitindo conscientemente a proliferação de híbridos e a coprodução da tecnociência e da sociedade; em outras palavras, para fazer com que a ideia da separação entre uma natureza objetiva e uma sociedade livre funcione de uma vez por todas. Isso envolve a aceitação de que "a produção de híbridos, ao tornar-se explícita e coletiva, torna-se objeto de uma democracia ampliada que regula ou reduz sua cadência" (LATOUR, 1993, p. 141).





Latour é consciente de que as redes modernas geraram uma “verdadeira operação de terraplanagem” sobre a maioria das culturas e naturezas do mundo. Mais que isso, as sociedades modernas não conseguem mais incorporar com eficácia as naturezas que tendem a destruir, nem as pessoas que degradaram: conseqüentemente, o seu chamado para uma forma de não modernidade se baseia muito mais claramente no que ele considera serem as importantes realizações modernas do que em qualquer prática cultural redentora que os “pré-modernos” possam oferecer. A sua proposta é problemática em vários pontos: reduzir as diferenças entre modernos e pré-modernos a uma questão de tamanho e escala de redes não só ignora as condições de intercâmbio desigual entre redes, como também evita indagar as contradições do hibridismo, os seus vínculos com o poder e a sua *desvalorização*⁸ dos lugares. Também é válido nos perguntarmos se a constituição não moderna de Latour resolve a contradição entre natureza e cultura, entre modernos e outros, bem como se é possível que o seu apelo por uma nova democracia atenuar o apetite da modernidade para conquistar e acumular (DIRLIK, 1999). Indo além, o autor não diz nada sobre como os não humanos viventes — incluindo muitos dos que ele chama de pré-modernos — podem se virar com redes modernas e, igualmente, construir diferentes redes próprias.

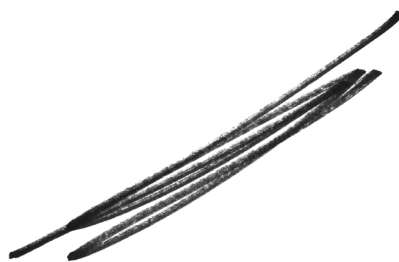
No entanto, temos lições importantes para aprender com Latour quanto à natureza das redes modernas. As redes modernas: a) incluem elementos humanos e não humanos, são feitas de e produzem híbridos; b) estabelecem conexões e traduções entre o local e o global, o humano e o não humano; c) produzem grandes efeitos por conta da sua escala, tamanho e esfera de ação, sem deixar de se inserir no que é do cotidiano ordinário; d) não dependem de identidades essenciais — humanos ou natureza estáticos —, mas de processos, movimentos e travessias sem um significado preestabelecido. Humanos e não humanos, tecnociência e sociedade são coproduzidos através dessas redes. A perspectiva de Latour talvez possa ser chamada de visão tecnoanarquista, que encobre muitas das práticas pelas quais as redes operam para destruir naturezas e culturas.

Mas, ela oferece lições para quem deseja construir redes que recrutem e façam outros tipos de humanos e não humanos se relacionarem? Ela oferece alguma esperança para a construção de outras naturezas e culturas? Ao examinarmos as formas de protesto contra ameaças à vida, à saúde e ao ambiente; ao prestarmos atenção às lutas por reconstruir a sociedade e a natureza na vida cotidiana; ao nos focarmos nas formas emergentes de construção em cooperação e coalizão — por exemplo, entre mulheres, indígenas e movimentos sociais; ou em redes comunitárias e Redes-Livres⁹

em vários lugares do mundo (SCHULER, 1996) —, percebemos que as redes podem tomar (e de fato tomam) novos significados e dimensões para apoiar outros projetos políticos e de vida. Acredito que é essencial para tal possibilidade, nesta confluência da história das redes e dos fluxos globalizantes, uma compreensão do que está em jogo na política de redes para lugares e ambientes concretos. Agora volto a esse aspecto antes de chegar a algumas conclusões gerais sobre os modos de conhecimento baseados na interatividade e na posicionalidade que as redes podem estar gerando.

As redes e a defesa do lugar e da natureza

Nos últimos dois meses de 1997, os servidores de internet incluíram informações a respeito dos seguintes temas, entre outros, relacionados aos povos indígenas da Amazônia: denúncias de concessões governamentais para exploração florestal por empresas estrangeiras no Brasil e na Guiana; reivindicações bem-sucedidas de terras por parte dos Guarani Kaiowa no Mato Grosso do Sul, Brasil; um discurso apaixonado de David Kopenawa, um chefe yanomami, contra garimpeiros instalados em suas terras, proclamando o seu desejo de progresso sem destruição e o direito de defender as suas terras; assassinatos e ameaças direcionados a ativistas indígenas e ambientalistas no Brasil, na Colômbia e em outros países; oposição a um grande projeto hidroviário (a hidrovía Paraguai-Paraná) no Uruguai, no Brasil e na Bolívia, através de uma coalizão de ONGs dos Estados Unidos e da América Latina; acusações de biopirataria contra uma organização suíça (Selva Viva) no Acre, Brasil, envolvendo também uma ONG em Londres, indígenas, católicos e organizações locais; denúncias feitas por uma ONG francesa alegando que a empresa Chanel põe em risco a existência de uma rara árvore brasileira usada em seus produtos; a formação de conselhos regionais indígenas, no Brasil, para se opor à mineração e para a demarcação dos territórios indígenas; um encontro de mulheres rurais indígenas das Américas contra o neoliberalismo; a aprovação de reivindicações de terra e identidade feitas por descendentes quilombolas, no Brasil; relatórios do processo movido por uma coalizão de organizações indígenas equatorianas contra a Texaco, por anos de devastação de suas terras; declarações de mulheres indígenas das organizações da Amazônia equatoriana, em Quito, para exigir a inclusão de direitos indígenas sem precedentes em uma nova Constituição Política; o alarmante desmatamento na Venezuela (600.000 hectares ao ano durante os anos 80, que continuou durante os anos 90).



De forma similar, em 1997, a Conferência de Biodiversidade na Rede EcoNet — liderada pelo Instituto de Comunicações Globais, em São Francisco — distribuiu e manteve: informação e discussões detalhadas, antes das reuniões da Convenção, sobre Diversidade Biológica; programas de biodiversidade em vários países; oposição a regimes de propriedade intelectual por ONGs nacionais e internacionais; reuniões sobre biodiversidade em vários lugares do mundo com diferentes atores; informação sobre o patenteamento de linhas celulares; oposição a megaprojetos de desenvolvimento em nome da biodiversidade; novas formas de ativismo ao redor do mundo ligadas à defesa da natureza; inovações feitas por mulheres em relação à conservação da biodiversidade; alerta sobre um acordo pendente entre o Governo da Colômbia e uma companhia farmacêutica transnacional para a bioprospecção etc.

Não há dúvida de que a internet propiciou um fervilhar de atividades em relação a um vasto conjunto de questões que ainda não foram compreendidas em termos de seus conteúdos, propósitos, políticas e modos de operação. O que esse fervilhar de atividades sugere em termos de redes? Quem são os atores envolvidos, quais demandas eles articulam e que práticas eles criam? Com quais visões da natureza e da cultura eles se comprometem ou defendem? Se de fato eles constituem redes, qual é o efeito dessas redes na redefinição do poder social, e em que níveis? Por outro lado, quais os riscos, se houver, da participação de grupos indígenas e com base em redes de biodiversidade para os significados e práticas locais da natureza e da cultura?

Um alerta esporádico, mas simbólico, nos dá algumas pistas para explorar esses questionamentos. Em agosto e setembro de 1997, vários sites de internet bombaram com uma mensagem sem precedentes: os U'wa, um grupo indígena do leste colombiano, com aproximadamente cinco mil pessoas, ameaçou cometer suicídio coletivo pulando de um rochedo sagrado se a empresa estadunidense *Occidental Petroleum* (Oxy) realizasse o seu plano de exploração de petróleo em qualquer lugar dos cem mil hectares que ainda restavam de suas terras ancestrais. Antes da sua estreia na internet, a luta u'wa tinha visto a formação de um comitê de solidariedade entre ambientalistas e ativistas dos direitos indígenas na Colômbia. Após negociações fracassadas com o governo e a petrolífera, houve debates sobre a militarização e a violência que a exploração de petróleo acarretaria, bem como mobilizações dos u'wa. Como resultado dos alertas na internet, a luta u'wa se ramificou em muitas direções, desde longos artigos em jornais mundiais destacando a não violência tradicional e os conhecimentos ecológicos dos u'wa até o estabelecimento de grupos de apoio internacionais. Adaptada por várias ONGs internacionais, a luta dos u'wa se expandiu

espacial e socialmente em direções inesperadas. Isso incluiu viagens internacionais de líderes u'wa para difundir conhecimento sobre sua luta e reunir apoio. Líderes esses que chegaram, com suas preocupações, até os principais departamentos da Oxy em Los Angeles, com o apoio do transnacional Projeto em Defesa dos u'wa.¹⁰

Casos semelhantes ao dos u'wa sugerem uma série de práticas de base emergentes, possibilitadas pela internet, entre as quais encontramos: a forma como vários atores se envolvem, interrelacionam e interagem em vários lugares do mundo — desde grupos de base entre si, até ONGs locais, nacionais e transnacionais do Norte e do Sul; coalizões entre esses atores para diversos propósitos, intensidades e níveis de confiança; respostas circunstanciais às ameaças em curso ou particularmente nocivas às culturas-naturezas locais; expressões de resistência cultural ou ecológica; muitas vezes, oposição a projetos de desenvolvimento destrutivos, reformas neoliberais e tecnologias destrutivas — como a mineração, a exploração madeireira e a construção de barragens; enfrentamento aos aparatos da morte mobilizados para reprimir o protesto e a oposição; a tradução das culturas locais para a linguagem do ambientalismo global — da qual muitas vezes emergem, infelizmente, como outra versão do bom selvagem; e o surgimento de identidades coletivas na arena mundial do meio ambiente, da cultura, de gênero e do desenvolvimento.

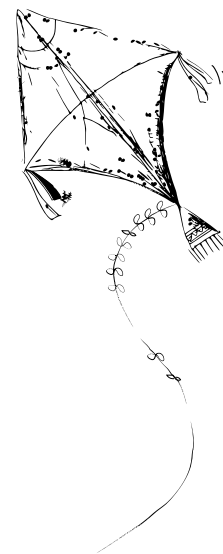
Os processos por trás desses elementos e eventos são muito complexos, desde a recriação de identidades locais e nacionais até a globalização, a destruição ambiental, bem como as lutas étnicas e de gênero. Nos discursos da biodiversidade, que em certa medida constituem um caso que exemplifica a política das redes, é possível observar vários processos que operam simultaneamente: a) o discurso da biodiversidade por si só constitui uma rede, ligando humanos e não humanos de modos específicos; b) nesta rede, é possível ver os atores locais apostando na defesa de práticas culturalmente específicas de construção de naturezas e sociedades; c) pode-se dizer que tais práticas estão incluídas no que eu anteriormente chamei de defesa do lugar.

Digamos, portanto, que a biodiversidade é um discurso que articula uma nova relação entre a natureza e a sociedade nos contextos globais da ciência, das culturas e das economias. Os discursos da biodiversidade têm constituído uma vasta rede — desde as Nações Unidas, o Fundo Global do Meio Ambiente do Banco Mundial (World Bank's Global Environment Facility - GEF) e ONGs ambientalistas do Norte, até governos do Terceiro Mundo, ONGs do Sul e movimentos sociais — que organiza sistematicamente a produção de conhecimento e de tipos de poder, ligando uma à outra por meio de estratégias e programas concretos. Esta rede é composta por atores e lugares hete-

rogêneos, cada um com seu próprio sistema interpretativo cultural-específico, bem como lugares e conhecimentos dominantes e subalternos. À medida que circulam através da rede, as verdades são transformadas e reinscritas em outras constelações de conhecimento-poder, que resistem, são subvertidas ou recriadas para servirem a outros propósitos — por parte de movimentos sociais, por exemplo, que em si mesmos tornam-se locais de encontros discursivos importantes. Redes tecnocientificamente orientadas, como a biodiversidade, estão sendo continuamente transformadas à luz de traduções, viagens, transferências e mediações entre e através dos lugares que as constituem. De fato, várias conceituações contrastantes sobre a biodiversidade vêm surgindo, em anos recentes, de locais de redes e processos diferentes.¹¹

Pode-se dizer, então, que a "biodiversidade", longe de ser o campo de conservação neutro da ciência e da administração que muitos supõem, sustenta uma das mais importantes redes de produção da natureza do final do século XX. À medida que os lugares se entrelaçam com as redes, surgem controvérsias em torno de concepções da natureza-cultura. O caso u'wa — como os de muitos movimentos sociais em regiões ricas em biodiversidade — evidencia que a meta da sua luta é defender uma forma particular de se relacionar com a natureza, enraizada na sua cultura. Estudos etnográficos documentam, de modo eloquente e detalhado, naturezas-culturas profundamente diferentes dentro de muitos grupos. Por exemplo, uma das concepções mais comumente aceitas é que muitos modelos locais não contam com a dicotomia natureza/sociedade. Diferente das construções modernas, os modelos em contextos não ocidentais frequentemente se baseiam em elos de continuidade entre três esferas: biofísica, humana e sobrenatural. Esta continuidade — que, entretanto, pode ser experimentada como incerta e problemática — é estabelecida culturalmente através de símbolos, rituais e práticas encarnadas em relações sociais que diferem daquelas de tipo capitalista.¹²

Os modelos locais da natureza existem em contextos transnacionais. No entanto, eles não podem ser explicados sem fazer referência ao enraizamento e às culturas locais. Esses modelos são baseados em processos históricos, linguísticos e culturais que retêm alguma especificidade de lugar, apesar do seu entroncamento com processos translocais. Nessa perspectiva, surge uma questão teórica e utópica: o mundo pode ser redefinido e reconstruído a partir da concepção das múltiplas práticas culturais, ecológicas e sociais encarnadas em modelos locais e "lugares locais"? Esta é talvez a pergunta mais profunda a ser formulada a partir de uma perspectiva radical de redes. Que tipo de redes seriam mais pertinentes para tal reconstrução? Trata-se de uma pergunta que exige examinar um pouco mais detalhadamente os lugares e a sua defesa.



Práticas com base no lugar


Como ressaltou Arif Dirlik (1999), os lugares e as práticas com base no lugar têm sido marginalizados em debates sobre o local e o global. Isso é lamentável porque o lugar é essencial para pensar em construções alternativas de política, conhecimento e identidade. A marginalização do lugar reflete a assimetria que existe entre o global e o local em grande parte da literatura contemporânea da globalização, na qual o global está associado ao espaço, ao capital, à história e à agência, enquanto o local está ligado, ao contrário, a questões como o lugar, o trabalho, a tradição, as mulheres, as minorias, os pobres e, pode-se acrescentar, as culturas locais.¹³ Algumas geógrafas feministas tentaram corrigir essa assimetria argumentando que o lugar também pode construir articulações através de redes de vários tipos (MASSEY, 1994; CHEMAIK, 1996). Resistindo à marginalização do lugar, outros autores sugerem que a reapropriação do lugar — vivido e encarnado — deve fazer parte de qualquer agenda política radical contra o capitalismo e a globalização a-espacial e a-temporal. A política também está situada no lugar, não apenas nos supraníveis do capital e do espaço.¹⁴ Um passo paralelo implica reconhecer que o lugar — como as concepções ecológicas, discutidas acima, evidenciam indiscutivelmente — continua sendo uma experiência enraizada e com algum tipo de fronteira, mesmo que ele seja poroso e atravessado pelo global.¹⁵

As teorias contemporâneas sobre globalização tendem a assumir a existência de um poder global ao qual o local está necessariamente subordinado. Sob essas condições, é possível lançar uma defesa do lugar em que o lugar e o local não derivem o seu significado apenas da sua justaposição com o global? Quem fala pelo lugar? Quem o defende? O lugar pode ser reconcebido como projeto? Para isso acontecer, precisamos de uma nova linguagem. Para retornar a Dirlik (1999), o "glocal" é uma primeira abordagem que sugere prestar a mesma atenção à localização do global e à globalização do local. Os modos concretos pelos quais essa via de mão dupla toma forma não são tão facilmente conceitualizados. Como Massey (1994, p. 120) esboça, "o global está dentro do local no próprio processo de formação do local [... e] o entendimento de qualquer localidade deve se deter de maneira precisa nos elos que circulam para além de suas fronteiras". Inversamente, muitas formas do local são oferecidas para consumo global, do artesanato ao ecoturismo. O ponto-chave disso seria identificar as formas de globalização do local que podem se tornar forças políticas eficazes em defesa do lugar e da sua identidade, bem como as formas de localização do global que os locais podem usar para os seus próprios fins.

Certamente, o “lugar” e o “conhecimento local” não são as panaceias que resolverão os problemas mundiais. O conhecimento local não é “puro” nem livre de dominação; os lugares podem ter suas próprias formas de opressão e até mesmo de terror; tanto o lugar quanto o conhecimento local são históricos e estão conectados com um mundo mais amplo através das relações de poder; ambos podem facilmente propiciar mudanças reacionárias e regressivas, bem como, da mesma forma, podem originar transformações políticas progressistas; as mulheres são frequentemente subordinadas através de restrições ligadas ao lugar e à casa (MASSEY, 1994); e, claro, os grupos nativos foram aprisionados e segregados espacialmente. Esses fatores devem ser levados a sério. No entanto, ao contrário daqueles que pensam que a defesa do lugar e do conhecimento local é, sem dúvida, “romântica”, pode-se dizer, segundo Jacobs (1996, p. 161), que “é uma forma de nostalgia imperialista, um desejo pelo nativo intacto que presume que tais encontros [entre o local e o global] só constituem outra fase do imperialismo”. Que mudanças ocorrem em lugares específicos como resultado da globalização? Ou, pelo contrário, quais novas formas de pensar sobre o mundo emergem de lugares como resultado de tal encontro?

A defesa do lugar é uma necessidade crescente sentida por parte de quem trabalha na interseção entre meio ambiente e desenvolvimento, justamente porque a experiência de desenvolvimento tem significado, para a maioria das pessoas, uma separação entre a vida local e o lugar, com dimensões mais profundas do que nunca. No campo ambiental, os acadêmicos e os ativistas não só descobrem que os movimentos sociais mantêm uma forte referência ao lugar — verdadeiros movimentos de apego ecológico e cultural aos lugares e territórios —, mas também que qualquer rota alternativa de ação deve levar em consideração modelos locais da natureza, com as suas respectivas práticas culturais e ecológicas. Debates sobre pós-desenvolvimento (RAHNEMA; BAWTREE, 1997), o conhecimento local e modelos culturais de natureza estão tendo que enfrentar a problemática do lugar. Concebidos a partir dessa perspectiva, a ecologia, a cibercultura e o pós-desenvolvimento facilitariam a incorporação de práticas com base no lugar e modos de conhecimento rumo a processos que estabeleçam ordens alternativas. Em outras palavras, a reafirmação do lugar e da cultura local não capitalista deveria resultar em teorias que tornem visíveis as possibilidades de reconceber e reconstruir o mundo a partir das práticas com base no lugar.

Interatividade e posicionalidade: uma ecologia política feminista da cibercultura



Parece paradoxal construir um vínculo entre o lugar e a cibercultura. Mas é verdade que estamos testemunhando o surgimento de uma comunidade transnacional imaginada-virtual, que altera as condições do ativismo num mundo que se contrai (RIBEIRO, 1998), então devemos reconhecer a necessidade de construir tal vínculo. O ativismo remoto faz todo o sentido político na cibercultura. No entanto, tal ativismo, como observa Ribeiro, deve ser baseado em um vínculo adicional entre o ciberativismo e o ativismo face a face do espaço físico — o que eu estou chamando aqui de prática política com base no lugar. Esse vínculo deve ser pensado em termos de interação entre os diferentes atores dos níveis local, regional, nacional e transnacional da integração de redes; ou seja, de acordo com novas formas de relacionar o espaço, o lugar e a política. Deve-se também considerar os discursos que relacionam esses níveis de integração e que, talvez, possam intensificar a eficácia do transnacionalismo — discursos ambientalistas, feministas e de direitos de indígenas, por exemplo; e deve-se ainda estar atento ao fato de que a globalização alimenta simultaneamente a fragmentação e a integração, e que a internet "incrementa a esfera pública e a ação política através do mundo virtual que as reduz no mundo real" (RIBEIRO, 1998, p. 345).

Isto quer dizer que, apesar da importância das ciberferramentas e culturas, muito do que precisa ser mudado depende das relações de poder no mundo real. Poderíamos dar a cada mulher do mundo — ou a cada grupo ecológico — um computador e uma conta na internet e o mundo provavelmente continuaria igual. Isso significa que a relação entre cibercultura e mudança política — bem como entre o ciberespaço e as práticas do lugar — deve ser construída politicamente. Essa relação não é dada pelas próprias tecnologias, embora, como irei discutir a seguir, a tecnologia alimente novas formas de conhecer, ser e fazer. Talvez aprendamos mais com essa construção política olhando para o campo da ecologia política feminista, cuja abordagem se baseia na relação entre o ambiente, o desenvolvimento e as questões de gênero (ROCHELEAU; THOMAS-SLAYTER; WANGARI, 1996; HARCOURT, 1994).

O primeiro ponto da ecologia política feminista consiste em abordar o gênero como uma variável crítica que determina o acesso, o conhecimento e a organização dos recursos naturais. As experiências do ambiente e do gênero são explicadas a partir dos conhecimentos situados das mulheres, que também são moldados por classe, cultura e etnicidade. A ecologia política feminista revela a importância dos diferentes

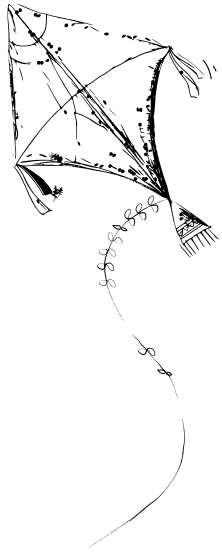
tipos de conhecimento local que as mulheres têm sobre o ambiente. Mais ainda, tenta associar isso com os movimentos sociais e a defesa da cultura local e das ecologias biofísicas. Da forma paralela, a ecologia política feminista presta atenção à dinâmica de gênero quanto aos direitos e deveres, muitas vezes usados contra as mulheres. Tal perspectiva disciplinar considera que:

as mulheres estão começando a redefinir as suas identidades e o significado de gênero através de expressões de agência humana e ação coletiva, enfatizando a luta, a resistência e a cooperação. Ao fazê-lo, elas também têm redefinido as questões ambientais para incluir o conhecimento, a experiência e os interesses das mulheres (ROCHELEAU; THOMAS-SLAYTER; WANGARI, 1996, p. 15).

O ativismo ecológico das mulheres entrelaça questões de política ambiental, acesso e distribuição de recursos e conhecimento com gênero, enquanto alimenta uma visão alternativa de sustentabilidade:

A ecologia política feminista fornece um quadro valioso para analisar e comparar as histórias das mulheres em todo o mundo. Oferece uma abordagem que deriva a teoria da experiência prática, evitando as lacunas de manter uma separação entre teoria e a prática. Vincula a perspectiva ecológica à análise do poder econômico e político, bem como às políticas e às ações, dentro de um contexto local. A ecologia política feminista rejeita as construções dualistas de gênero e do ambiente em favor da multiplicidade e da diversidade e enfatiza a interconectividade das dimensões ecológicas, econômicas e políticas da mudança ambiental (THOMAS-SLAYTER; WANGARI; ROCHELEAU, 1996, p. 289).

A relevância dessa visão para a análise das mulheres e da cibercultura é evidente, em particular: fornece um quadro para examinar as experiências das mulheres no mundo inteiro; liga a teoria e a prática, nas organizações e nos movimentos de mulheres, para a mudança social — as raízes de gênero do ativismo; ressalta a importância e o caráter de gênero do conhecimento local; questiona a presunção do desenvolvimento econômico, bem como a dominação da natureza e das mulheres; identifica as diferentes posições estruturais ocupadas por mulheres e homens; usa conceitos feministas para orientar os debates sobre políticas e imagina perspectivas globais a



partir de experiências locais. Na ecologia política feminista, as mulheres lutam simultaneamente contra a destruição da natureza e das políticas convencionais — cegas para o gênero e a cultura —, para reestruturar a natureza através do desenvolvimento e da gestão sustentáveis. Na política cibercultural feminista, as mulheres lutam contra o controle da cibercultura por grupos patriarcais dominantes e contra a reestruturação do mundo pelas próprias tecnologias das quais querem se apropriar. Enquanto a política cibercultural das mulheres estiver ligada à defesa do lugar, é possível sugerir que ela se torne uma manifestação da ecologia política feminista. Essa ecologia política contemplaria de forma semelhante o caráter de gênero dos conhecimentos, dos direitos, dos deveres e das organizações. Em última instância, essa perspectiva examinaria as dinâmicas de gênero da tecnociência e do ciberespaço.

Para concluir, há dois aspectos que precisam ser discutidos. O primeiro é o caráter político das redes. O caráter progressista das redes não pode ser garantido de antemão. Como já sugeri antes, as organizações e os movimentos sociais progressistas na esfera da conservação da biodiversidade não formam uma rede autônoma por si só, mas uma rede que está contida em outra maior, com espaços dominantes e subalternos que não são independentes. Que de fato seria difícil construir “uma rede própria” é algo que a experiência do movimento de mulheres pré e pós-Beijing também atesta, como Sonia Álvarez já analisou com lucidez. Para Álvarez (1997, 1998), a transnacionalização da agenda feminista latino-americana, possibilitada pela proliferação das redes de mulheres, vem trazendo consequências significativas, embora nem sempre felizes. Não há dúvidas de que a crescente transnacionalização dos movimentos de mulheres vem tendo muitos efeitos positivos, como a incorporação da diversidade étnica e sexual, o fortalecimento de alianças com ONGs e movimentos transnacionais, bem como a transformação de políticas de Estado em diversos níveis. No entanto, essas conquistas também tiveram o seu lado fraco, que Álvarez explica em termos de crescente profissionalização, acomodação discursiva e alguns compromissos que certas ONGs têm feito com políticas patriarcais-dominantes muitas vezes orientadas pelas regras do mercado. Essa acomodação limitou, por vezes, a política cultural feminista mais radical. A análise de Verónica Schild (1998) sobre a profissionalização do movimento de mulheres no Chile também sugere que este processo contribuiu para a desmobilização de movimentos populares de mulheres e introduziu discursos culturais neoliberais de mercado e individualidade entre as mulheres trabalhadoras pobres.

Recuperamos isso para dizer que a política das redes não necessariamente anda de mãos dadas com o caráter de quem as constrói. No entanto, as redes têm impor-

tantes efeitos políticos. Produzem uma maneira de ver o mundo, não tanto em termos de fragmentação — como muitos marxistas tendem a entender¹⁶ — mas em termos de possibilidades de coalizão. Para algumas geógrafas feministas, a política das coalizões é uma característica das redes baseada em uma noção positiva da diferença. As práticas sociais do lugar podem levar a articulações através do espaço: “a forma que essa articulação global assume é muitas vezes mais uma rede do que um sistema, uma coalizão de grupos específicos e diferentes antes do que a universalização de qualquer identidade política” (CHERNAIK, 1996, p. 257). Essa forma de pensar as redes ecoa na posição feminista de conceitualizar o espaço, o lugar e a identidade mais em termos de relações do que da imposição de barreiras (MASSEY, 1994). Mais ainda, é evidente que os movimentos sociais, com base no lugar, criam efeitos espaciais que vão além da localidade. Estes produzem formas de “glocalidade” que não são insignificantes. Consideremos, por exemplo, as redes de movimentos sociais indígenas nas Américas, bem como as de mulheres e ambientalistas em outros lugares do mundo. As redes dos indígenas das Américas são talvez o melhor exemplo da eficácia — e das limitações — das redes transnacionais de organização e identidade.

Mas essas formas paralelas de glocalidade levarão a novas ordens sociais? Este último aspecto, “a questão das alternativas”, permanece em grande parte sem se resolver. Para Dirlik (1999), a sobrevivência de culturas com base no lugar será garantida quando a globalização do local compensar a localização do global, quer dizer, quando a simetria entre o local e o global for reintroduzida em termos sociais e conceituais. A imaginação e a atualização de ordens diferentes exigem: “a projeção dos lugares entre os espaços, para criar novas estruturas de poder [...], de modo a incorporar os lugares na sua própria constituição” (DIRLIK, 1999, p. 39); a liberação de imaginários não capitalistas para o estabelecimento de outras economias; além da defesa de culturas locais longe da sua normatização pelas culturas dominantes. Para que isso aconteça, os lugares devem “se projetar para os espaços que são atualmente domínios do capital e da modernidade” (DIRLIK, 1999, p. 40). Na medida em que as NTICs são centrais para a recriação dos domínios do capital e da modernidade, a política cibercultural desempenha um papel essencial neste projeto político. A política cibercultural pode ser um importante mecanismo para a expansão — nos termos de Latour (1993) — das redes através das quais grupos subalternos buscam redefinir o poder, bem como “defender e construir as suas identidades”.

No entanto, a questão da globalidade e da expansão das coalizões de lutas que defendem o lugar deve ser abordada cuidadosamente. Como Esteva e Prakash (1997)

assinalam, quando criticam o slogan "pense globalmente, aja localmente", devemos suspeitar de todas as formas globais de pensar. De fato, "o que é necessário é exatamente o oposto: pessoas pensando e agindo localmente, enquanto forjam solidariedade com outras forças locais que compartilham essa oposição ao 'pensar globalmente' e às 'forças globais' que ameaçam os espaços locais" (ESTEVA; PRAKASH, 1997, p. 282). É evidente que os lugares, ao se vincularem a outros, criam realidades supralocais. Talvez a linguagem das redes e da glocalidade seja apenas uma forma provisória de se referir a essas realidades que ainda são pobremente entendidas a partir de perspectivas não globalistas. Iniciativas com base em lugares concretos oferecem formas de pluralismo radical que se opõem ao globalismo; e comprometer-se com as forças supralocais, como Estava e Prakash propõem, não faz das pessoas locais globalistas.

Isso de forma alguma implica conceber o lugar como "puro" ou fora da história. Prestar atenção ao lugar implica desestabilizar "os espaços mais seguros do poder, ou seja, aqueles marcados pelo mercado e por perspectivas geopolíticas e da economia política" (JACOBS, 1996, p. 15). Falar em ativar os lugares locais, as culturas, as naturezas e o conhecimento contra as tendências imperialistas do capitalismo e da modernidade não é uma operação *deus ex machina*, mas uma maneira de se mover para além do realismo crônico, alimentado pelos modos convencionais de análise. Por exemplo, é possível pensar em esferas públicas ecológicas alternativas ou que estejam contra as ecologias imperialistas da natureza e da identidade da modernidade capitalista. Podemos pensar a cibercultura em termos semelhantes? Que tipo de ciberesferas públicas podem ser criadas através de redes imaginadas pelas mulheres e pelos ecologistas, entre outros? E, para além disso, elas alimentarão novas formas de relacionamento, interação, concepção da vida, de gênero, de justiça e de diversidade?

Isto nos leva ao segundo e último ponto que eu gostaria de discutir. É possível pensar que as novas tecnologias, pelo seu próprio caráter e nas mãos de grupos subalternos, alimentem novas práticas do ser, do conhecer e do fazer? Esta é uma pergunta extremamente complexa para a qual eu só posso dar uma resposta parcial, invocando brevemente os trabalhos de Katherine Hayles e Donna Haraway. Para ambas as autoras, a crítica ao objetivismo, possibilitada pelo feminismo e pela tecnociência, sustenta novas práticas do conhecer. Para Hayles, o conhecimento pode ser pensado em termos de interatividade e posicionalidade:

A interatividade aponta para a nossa conexão com o mundo: tudo o que sabemos do mundo, nós sabemos porque interagimos com ele. A posicionalidade refere-



-se à nossa localização como humanos em determinados tempos, culturas e tradições históricas: interagimos com o mundo não a partir de um contexto abstrato generalizado, mas de posições marcadas pelas particularidades de nossas circunstâncias como seres humanos situados em um corpo e um contexto específicos. Juntas, a interatividade e a posicionalidade, propõem um grande desafio à objetividade tradicional, que para os nossos propósitos pode ser definida como a crença de que conhecemos a realidade na medida em que estamos separados dela. O que acontece se começarmos da premissa oposta, que conhecemos o mundo precisamente porque estamos conectados a essa realidade? (HAYLES, 1995, p. 48).

É possível que vários grupos “pré-modernos” ou não modernos sempre tenham vivido com a “premissa oposta” da inseparabilidade do ser e o Outro, do corpo e do mundo, da natureza e da sociedade. Os modelos culturais de natureza, mencionados antes, atestam isso. A interatividade e a posicionalidade são, então, “atributos naturais” de muitas pessoas e, como Hayles acrescenta, para viver sob esses princípios precisa-se não apenas de outras epistemologias, mas de valores diferentes. As novas tecnologias são elogiadas pela sua interatividade, mas em contextos modernos essa interatividade muitas vezes ocorre sem corpos ou contextos concretos. Os grupos sociais do Terceiro Mundo podem estar preparados para assumir a interatividade e a posicionalidade facilitada pelas NTICs. Como argumenta Austerlic (1997), a vantagem das periféricas, neste âmbito, não está no desenho do *hardware*, mas dos conteúdos, que são culturalmente definidos. Ocasionalmente, a ficção científica brinca com a ideia de “fazer o download” das culturas do Terceiro Mundo em redes globais. A ideia sugere que toda uma política cultural está em jogo na apropriação das NTICs por grupos não dominantes.

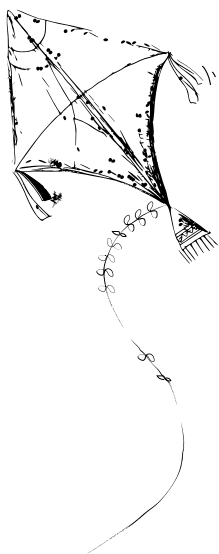
As novas tecnologias requerem um terceiro princípio, o da conectividade. Haraway retoma essa noção, que tem sido despolitizada em grande parte da literatura tecnocelibradora, através da imagem do hipertexto — talvez mais adequada para a nossa era do que a metáfora da rede. É da natureza do hipertexto fazer conexões, só que hoje somos obrigados pela tecnociência a fazer conexões nunca antes vistas: entre humanos e não humanos, o orgânico e o artificial, bem como com os corpos, as narrativas e as máquinas. Nas palavras de Haraway (1997, p. 127), devemos aceitar que estamos nos tornando “ontologicamente impuros”. Quais conexões são importantes, por quê e para quem, tornam-se questões cruciais. O apelo renovado de Haraway é bastante claro:

Quero que as feministas participem mais de perto nos processos de criação de significado na construção do mundo tecnocientífico [...] Da mesma forma, a figura [do hipertexto] deve incitar o nosso anseio por mundos pouco imagináveis, para além da lógica explícita de qualquer Rede [...] O meu propósito é defender uma prática de conhecimentos situados nos mundos da tecnociência; mundos cujas fibras se infiltram e se espalham profundamente pelos tecidos do planeta, incluindo a carne dos nossos próprios corpos (HARAWAY, 1997, p. 127; 129-130).

É claro que, como Virilio (1997) e Castells (1996) alertaram, devemos estar atentos à miséria que o capitalismo transnacional e a tecnociência estão impondo a bilhões de pessoas. No entanto, Haraway insiste que devemos tornar visíveis as inúmeras formas pelas quais os conhecimentos situados extraem liberdades desses regimes. Devemos prestar atenção à forma como múltiplos grupos se apropriam dos universos de conhecimento, práticas e poder desenhados pela tecnociência, muitas vezes através de condensações sem precedentes, fusões e implosões dos sujeitos e dos objetos, do natural e do artificial. Talvez pudéssemos tecer de novo essa rede chamada "o global", alimentando a produção de outras formas de vida. Nos dias de hoje, o apelo de Haraway só pode ser deixado de lado a um custo muito alto. Ele tem que ser abordado, é claro, a partir da cultura e das perspectivas com especificidade no lugar. Por exemplo, os defensores da biodiversidade nas regiões da floresta úmida tropical estão tendo que se envolver com os discursos tecnocientíficos e da biotecnologia dispostos a utilizar a diversidade para fins comerciais. Os ativistas indígenas constroem redes de forma semelhante para defender as suas culturas e ecologias do neoliberalismo e das políticas despolitizadas da diversidade. As Mulheres em Rede são outro reflexo de que tal desafio está sendo enfrentado em muitas partes da Ásia, da África e da América Latina, entre outras.

Conclusão

As novas tecnologias digitais e informacionais oferecem possibilidades sem precedentes para atores, identidades e práticas políticas e sociais alternativas. Que isso seja levado a cabo depende de muitos fatores, para além da identidade dos próprios tecedores da rede, particularmente da relação entre o ativismo no ciberespaço e a mudança social nos mundos locais. Os grupos progressistas que desejam se apropriar



dessas tecnologias devem construir pontes entre o lugar e o ciberespaço; como diria Virilio, entre a atividade e a interatividade, a presença e a telepresença, a existência e a tele-existência. Essas pontes têm que ser construídas politicamente. A experiência de quem trabalha na interseção entre gênero, ambiente e desenvolvimento oferece valiosas lições para essa construção cultural no campo da política cibercultural.

Por razões históricas e culturais, as mulheres, os ambientalistas e os movimentos sociais do Terceiro Mundo podem estar mais bem sintonizados com os princípios de interatividade, posicionalidade e conectividade que parecem alimentar a crítica feminista da ciência e das novas tecnologias. Esses princípios propiciam novas formas de conhecer, ser e fazer; talvez possam, portanto, gerar uma política cultural da tecnociência capaz de transformar o impacto atual exercido por ela no mundo. Isso exige que as interfaces que construímos entre nós mesmos, como usuários das novas tecnologias, as NTICs e os processos de transformação social, sejam baseadas em lugares e corpos concretos. "Construir as experiências comunicativas das mulheres e das suas formas de se comunicar sobre as suas preocupações e contextos sociais e culturais" (APC, 1997, p. 9) constitui um princípio da comunicação feminista. Em outras palavras, a transformação das relações ecológicas e de gênero requer ações que vinculem o lugar e o ciberespaço. Não é impossível pensar que essas mesmas redes que tememos que possam acabar, de uma vez por todas, com os lugares, poderiam possibilitar uma defesa do lugar a partir da qual o gênero e as relações ecológicas pudessem emergir transformadas.

Notas

1 Nota dos Editores (N.E.) – Agradecemos imensamente pela gentileza do autor, por prontamente nos dar seu aval para esta tradução. Este texto foi originalmente publicado em 1999, tanto em inglês, com o título "Gender, place, and networks: a political ecology of cyberspace", na coletânea *Women@Internet: creating new cultures in cyberspace* (ISBN-10: 185-6495-72-8; ISBN-13:- 978-185-649-572-1), organizada por Wendy Harcourt; quanto em espanhol, com o título "Gênero, redes y lugar: una ecología política de la

cibercultura", em *El final del salvaje: naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea* (ISBN: 958-8101-03-4), uma coletânea de textos de Escobar editada pelo Fundo Editorial CEREC e o Instituto Colombiano de Antropología. Esta tradução foi realizada a partir da versão em espanhol. No entanto, no processo de sua revisão final pelos editores deste número da *Laje*, o texto em inglês também foi consultado, para ajustes. Recebeu uma última revisão técnico-acadêmica feita pelo editor-chefe Leo Name, bem como

uma revisão final da tradução por Bruna Otani Ribeiro e Larissa Fostinone Locoselli, com equipe do Laboratório de Tradução da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

2 *Women on the Net* (WON).

3 N.E. – Escobar, aqui, usa um termo bastante polissêmico, já que “*terminal*”, no castelhano cancelado pela Real Academia Española, além de referir-se, como no português, a algo que é final e definitivo, à condição de enfermidade irreversível e ao conjunto de máquina, teclado e tela de computador, também é um sinônimo para “telefone celular”.

4 Uma sociedade de redes globais, para Castells (1996); uma sociedade moderna de redes extensas e híbridas, para Latour (1993); uma sociedade sob a tirania de tecnologias em tempo real, para Virilio (1997); uma comunidade transnacional “imaginada-virtual”, para Ribeiro (1998).

5 Mais especificamente, Castells fala sobre a convergência da microeletrônica, da computação, das telecomunicações, da optoeletrônica e das tecnologias biológicas, como a engenharia genética.

6 N.E. – Lembremos que o texto foi originalmente publicado há 25 anos, em 1999.

7 Virilio também observa profundas consequências ecológicas sobre essas mudanças. Para ele, a ecologia precisa se preocupar com “a degradação da proximidade física dos seres de diferentes comunidades” (VIRILIO, 1997, p. 58). As NTICs tendem a quebrar conexões com a terra e os vizinhos. As transações na velocidade da luz transformam o nosso ambiente imediato, o horizonte e as dimensões físicas das nossas ações. A ecologia urbana devia se preocupar com a poluição criada pela

velocidade. O sentido do espaço e de estar nele é o que está fundamentalmente poluído.

8 Nota de Tradução – No texto-fonte em espanhol, o termo utilizado por Escobar é “*denigración*” e, na versão em inglês é “*denigration*”. Modificamo-lo devido à discussão contemporânea, ainda incipiente em 1999, sobre o viés racista de tais palavras. No entanto trazemos tal informação, aqui, para não apagar o histórico de reflexão sobre a linguagem nas análises críticas da realidade colonial.

9 Também chamadas *Free-Nets*.

10 O Projeto em Defesa dos U'wa (Proyecto en Defensa de los U'wa) é um esforço de colaboração entre a Coalizão do Amazonas (Coalición del Amazonas), o Observatório da Amazônia (Amazon Watch), o Conselho Maior U'wa (Cabildo Mayor U'wa), o Centro para a Justiça e o Direito Internacional (Centro para la Justicia y el Derecho Internacional), a Comissão de Direitos Humanos Colombiana (Comisión de Derechos Humanos Colombiana), a Fundação Fundo da Terra (Earth Trust Foundation), a Rede de Informação e Ação Comida em Primeiro Lugar – Alemanha (Food First Information and Action Network - Fian Alemanha), a Organização Nacional Indígena da Colômbia (Organización Nacional Indígena de Colombia), o Projeto Debaixo da Terra (Project Under Ground), a Rede de Ação pelas Florestas Tropicais (Rainforest Action Network - Ran) e a Sol Comunicações (Sol Communications).

11 Esta é uma explicação bem simplificada da rede de biodiversidade. Consultar Escobar (1997, 1998) para uma análise detalhada. É possível diferenciar quatro grandes posições na topologia desigual da rede de biodiversidade: gestão de recursos (perspectiva globocêntrica), estado soberano (perspectivas nacionais do Terceiro Mundo), biodemocracia (perspectiva progressista das ONGs do Sul)



e autonomia cultural (perspectiva dos movimentos sociais). Sobre essas posições, ver Escobar (1999).

12 Para uma perspectiva de modelos da natureza do ponto de vista da antropologia ecológica, e casos etnográficos de muitos lugares do mundo, ver Descola e Pálsson (1996). Por outro lado, Gudeman e Rivera (1990) sugeriram um conjunto de princípios úteis para pensar modelos culturais de terra, natureza e economia; ver também Escobar (2000).

13 Sem dúvida, este é o caso nos discursos ambientalistas, por exemplo os de conservação da biodiversidade, nos quais as mulheres e os indígenas aparecem dotados do conhecimento para “salvar a natureza”. Massey (1994) já denunciou a feminização do lugar e do local nas teorias do espaço. Para um bom exemplo da assimetria da qual Dirlik (1999) fala, ver as citações do livro de Castells (1996).

14 O volume de junho de 1998 da revista *Development* (v. 41, n. 2) é dedicado à questão sobre lugar e desenvolvimento alternativo, com um artigo central de Arif Dirlik. Também é possível consultar Massey (1994), Lefebvre (1991) e Soja (1996).

15 Este não é o momento para retomar o complexo debate sobre espaço e lugar dos últimos anos. Esse debate – que inicialmente reuniu geógrafos marxistas e economistas políticas feministas, e para o qual antropólogos, filósofos e ecologistas contribuíram mais recentemente – começou com a crescente preocupação com a globalização e seus impactos no espaço e no tempo (a “compressão espaço-tempo” teorizada por Harvey em 1989). O debate sobre lugar e espaço também tem uma fonte nas explicações da modernidade, particularmente na análise de Giddens sobre a separação do tempo e do espaço que possibilitou a separação dos sistemas sociais e a diferenciação entre espaço e lugar: “O

advento da modernidade cada vez mais separa o espaço do lugar, uma vez que alimenta as relações entre outros ausentes, fisicamente distantes de qualquer tipo de situação de interação face a face” (GIDDENS, 1990, p. 18). A “telepresença” das tecnologias de tempo real de Virilio (1997) é um novo passo nessa genealogia da divisão entre o espaço e o lugar.

16 Para os críticos marxistas, as redes são uma manifestação da fragmentação que a economia mundial impõe à maioria das localidades hoje em dia. As redes, a partir desta visão, são incapazes de suportar uma luta significativa contra o capitalismo e a globalização. Ao contrário dessa visão capitalocêntrica, algumas feministas reagiram insistindo na necessidade de visualizar as múltiplas formas das diferenças econômicas, culturais e ecológicas que ainda existem no mundo, e a capacidade dessas diferenças de ancorar economias e ecologias alternativas (GIBSON-GRAHAM, 1996).

Referências

ÁLVAREZ, S. Reweaving the fabric of collective action: social movements and challenges to actually resisting democracy in Brazil. In: **Between resistance and revolution: cultural politics and social protest**. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1997, p. 83-117.

ÁLVAREZ, S. Latin American feminism go global; trends of the 1990s and challenges for the new millennium. In: ÁLVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (ed.). **Cultures of politics/politics of cultures: revisioning Latin American social movements**. Boulder: Westview Press, 1998, p. 293-324.

APC (Association for Progressive Communications). **Global Networking for Change. Experience from the APC Women's Programme**. Survey Findings, Londres: APC, 1997.

AUSTERLIC, S. New design in Latin America. **Organization**, v. 4, n. 4, p. 620-627, 1997.

- CASTELLS, M. **The rise of the network society**. Oxford: Blackwell, 1996.
- CHERNAIK, L. Spatial displacements: transnationalism and the new social movements. **Gender, Place and Culture**, v. 3. n. 3. p. 251-275, 1996.
- DESCOLA, P.; GISLI, P. (ed.) **Nature and society**. Anthropological perspectives. Londres: Routledge, 1996.
- DIRLIK, A. Place-based imagination: Globalism and the politics of place. **Review**, p. 151-187, 1999.
- ESCOBAR, A. **Biodiversidad, naturaleza y cultura**: localidad y globalidad en las estrategias de conservación. México, D.F. Unam/Ciich, 1997.
- ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo**. Construcción y Deconstrucción del Desarrollo. Bogotá: Editorial Norma, 1998.
- ESCOBAR, A. ¿De quién es la naturaleza? La conservación de la biodiversidad y la ecología política de los movimientos sociales. In: **El final del salvaje**: naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea. Bogotá: Cerec/Ican, 1999, p. 233-272.
- ESCOBAR, A. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo? In: LANDER, E. (org.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 108-138.
- ESTEVA, G.; PRAKASH, M. S. From global thinking to local thinking. In: RAHNEMA, M.; BAWTREE, V. (ed.). **The Postdevelopment Reader**. Londres: Zed Books, 1997, p. 277-289.
- GIBSON-GRAHAM, J-K. **The end of capitalism** (as we knew it). Oxford: Basil Blackwell, 1996.
- GIDDENS, A. **The consequences of modernity**. Stanford: Stanford University Press, 1990.
- GUDEMAN, S.; RIVERA, A. Conversations in Colombia. In: **The Domestic Economy in Life and Text**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- HARAWAY, D. **Modest Witness@ Second Millennium**. Female-Man Meets OncoMouse TM. New York: Routledge, 1997.
- HARCOURT, W. (ed.). **Feminist perspectives on sustainable development**. Londres: Zed Books, 1994.
- HARVEY, D. **The condition of postmodernity**. Oxford: Blackwell, 1989.
- HAYLES, K. Searching for common ground. In: SOULÉ, M.; LEASE, G. (ed.), **Reinventing Nature?** Washington: Island Press, 1995, p. 47-64.
- JACOBS, J. **Edge of Empire**. Postcolonialism and the City. London: Routledge, 1996.
- LATOUR, B. **We have never been modern**. Cambridge: Harvard University Press, 1993.
- LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.
- MASSEY, D. **Space, Place and Gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.
- RAHNEMA, M; BAWTREE, V. **The Postdevelopment Reader**. Londres: Zed Books, 1997.
- RIBEIRO, G. L. Cybercultural politics: political activism at a distance in a transnational world. In: ÁLVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (ed.). **Cultures of politics/politics of cultures**: revisioning Latin American social movements. Boulder: Westview Press, 1998, p. 325-352.
- ROCHELEAU, D; THOMAS-SLAYTER, B; WANGARI, E. (ed.). **Feminist Political Ecology**. Londres: Routledge, 1996.
- SCHULER, D. **New community networks**. Nova York: Addison Wesley, 1996.
- SCHILD, V. New Subjects of Rights? Women's movements and the construction of the citizenship in the new democracies. In: ÁLVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (ed.). **Cultures of politics/politics of cultures**: revisioning Latin American social movements. Boulder: Westview Press, 1998, p. 93-117.
- SOJA, E. **Third space**. Oxford: Basil Blackwell, 1996.
- THOMAS-SLAYTER, B; ROCHELEAU, D.; WANGARI, E. Feminist political ecology: crosscutting themes, theoretical insights, policy implications. In: **Feminist political ecology**. Nova York: Routledge, 1996, p. 287-307.
- VIRILIO, P. **Open sky**. Londres: Verso, 1997.

